

SUJEITOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM PERÍODO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL: PANDEMIA DO COVID-19 E O AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES

LIMA, Rosangela Cristina Rosinski – NUPECAMP/UTP¹
CRUZ, Rosana Aparecida da – NUPECAMP/UTP²
SANTOS, Camila Casteliano Pereira dos Santos – NUPECAMP/UTP³

RESUMO

Este texto apresenta as experiencias e os enfrentamentos político-pedagógicos produzidos entre sindicato, conselho municipal de educação e trabalhadores da educação de um município da Região Metropolitana de Curitiba e a educação a distância no período da pandemia que produziu a necessidade de distanciamento social contra a contaminação do COVID-19. Relatamos a pressão sofrida pelos trabalhadores da educação e as ações encaminhadas pela APP Sindicato (Associação de Professores do Paraná) e Conselho Municipal de Educação (CME) do município na luta e defesa da educação pública, gratuita e equânime. Os referenciais teóricos são: FREIRE (1987), SOUZA (2020) e Gramsci (1988). Em função de ser uma relação extraído de um dado momento da realidade, em processo, destacamos que os resultados ainda são preliminares para demonstrarem o desmonte da educação pública, e a necessidade de organização coletiva para o fortalecimento da gestão democrática, e da educação humana.

Palavras-chave: educação do campo; COVID-19; gestão democrática;

RESUMEN

Este texto presenta las experiencias y enfrentamientos político-pedagógicos producidos entre el sindicato, el consejo municipal de educación y los trabajadores de la educación en un municipio de la Región Metropolitana de Curitiba y la educación a distancia en el período de la pandemia que generó la necesidad de distanciamiento social contra la contaminación de COVID-19. Reportamos la presión que sufren los trabajadores de la educación y las acciones emprendidas por APP Sindicato (Asociación de Maestros de Paraná) y el Consejo Municipal de Educación (CME) del municipio en la lucha y defensa de la educación pública, gratuita y equitativa. Las referencias teóricas son: FREIRE (1987), SOUZA (2020) y Gramsci (1988). Por

¹ Doutora em Educação - rosangela.rosinski16@gmail.com

² Doutora em Educação - rosanacruz2007@yahoo.com.br

³ Mestre em Educação – camicps@gmail.com

tratarse de una relación extraída de un momento dado de la realidad, en proceso, destacamos que los resultados aún son preliminares para demostrar el desmantelamiento de la educación pública, y la necesidad de la organización colectiva para fortalecer la gestión democrática y la educación humana.

Palabras clave: educación rural; COVID-19; Gestión democrática;

As experiências anunciadas neste texto apresentam os enfrentamentos político-pedagógicos do em um município da Região Metropolitana de Curitiba. Relatamos a pressão pelo trabalho dos profissionais da educação e as ações encaminhadas pela APP Sindicato (Associação de Professores do Paraná) e Conselho Municipal de Educação (CME) do município na luta e defesa dos trabalhadores.

A partir do momento que foram suspensas as aulas no dia 20 de março de 2020, decorrente da COVID -19, os enfrentamentos e debates se tornaram intensos no município por meio das ações vinculadas ao CME e ao Sindicato ligado à educação. Os trabalhadores da educação, começaram a reivindicar situações de desvalorização profissional, perdas de direitos e a questionar as imposições de um projeto determinado sem diálogos com a comunidade escolar. Compreendemos que diante de toda a situação que vivenciamos decorrente da COVID- 19, a prioridade é a promoção da vida. Entretanto, esta compreensão não tem sido a intencionalidade das tomadas de decisões no município, sendo que há a defesa pela atividade remota distanciada das condições estruturais na qual a comunidade escolar tem acesso. Ou seja, é uma política que não é inclusiva.

Dentre as expressões do que tem sido a educação municipal, identificamos diversas negações de direitos: falta de acessibilidade às redes de comunicação, não há equidade no atendimento da educação remota, perda de direitos trabalhistas junto à prefeitura, distanciamento de uma educação emancipatória e sobrecarga de trabalho para os professores que atuam em home office.

Neste sentido este texto apresenta as representações dos sujeitos no movimento da crise sanitária que exige o distanciamento social, ao mesmo tempo em que potencializam as realidades e desigualdades relacionada aos sujeitos do campo. Assim, intencionamos anunciar uma expressão do que a educação em tempos de pandemia vem produzindo nas relações intra-escolares e extra-escolares ao ser

determinado, pela esfera governamental, a homogeneização da educação e violação dos direitos à educação com equidade e qualidade, ao mesmo tempo que vem escancarar as realidades e exigir a organização coletiva para os enfrentamentos das desigualdades na qual os sujeitos se inserem, principalmente por anunciar o contexto do campo e suas singularidades.

DAS CONDIÇÕES DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO

Uma das principais condições de exploração que a pandemia vem produzindo é relacionado a mulher que atua na área da educação e ao mesmo tempo é mãe, ou seja temos uma expressão de gênero relacionada a reorganização produtiva, uma vez que o maior percentual que atua na área da educação é do gênero feminino e, tendo a impossibilidade de levar os filhos à escola, temos uma expressão de sobrecarga de responsabilidades que não são levadas em conta no movimento de planejamento da educação no período da crise. Esta expressão indica que muitas crianças ficam em situação de vulnerabilidade, uma vez que algumas mães são cobradas a retornarem às atividades externas sem a consideração das suas estruturas familiares para o cuidado dos filhos. Ou, em casos em que a mulher precisa realizar atividades remotas em casa, concomitantemente ao cuidado dos filhos. Tais expressões indicam fragilidades que afetam as condições socioemocionais das profissionais e que também não são levadas em conta na condução das políticas de desenvolvimento da educação no período da crise.

Outra situação observada no município foi a proposta de desvio de função de algumas profissionais que atuavam na educação, em especial de serviços gerais, para que fossem remanejadas à área de saúde, o que causou insegurança às condições de trabalho num contexto de crise sanitária sem a formação adequada para atuarem nesta função.

Os professores também sofrem com a retirada de seus direitos, como a dispensa das cargas suplementares, dispensa de estagiários, corte de salários não levando em consideração a valorização do profissional e que este necessita sobreviver diante dessa situação atípica. Há um desmonte da educação pública pela força do mercado, pela força do capital assim como problematiza Mészáros.

Uma das estratégias para a categoria da Educação se organizar foi com a criação de um grupo no what's app articulando os trabalhadores, o sindicato e o CME em que puderam anunciar as condições de exploração vivenciadas nas microrrelações de gestão com desvalorização pela classe trabalhadora, e falta de formação humana. Observa-se a desigualdade produzida pela sociedade capitalista. Observa-se, também o autoritarismo, as injustiças, a falta de uma gestão que abra espaço para dialogar. Percebe-se Ao mesmo tempo que se identifica determinações hierárquicas há também a força e a parceria de coletivo e a luta por melhores condições de trabalho e de sobrevivência.

Após as reivindicações, as representantes sindicais e representantes do CME encaminharam por meio de ofícios e requerimentos as reinvindicações das funcionárias ao Executivo Municipal, ao Legislativo e ao Secretário Municipal de Educação. Nesses documentos enviados foi solicitado o pedido de diálogo e esclarecimentos sobre as denúncias. Nos confrontos houve uma abertura de diálogos entre o poder executivo e as profissionais para que anunciassem o interesse privado para atuação na área de saúde em caráter de desvio de função, da educação para a saúde. As que aceitassem a mudança receberiam gratificação de insalubridade pelo trabalho executado.

Esse movimento anunciou que a luta coletiva foi evidenciada e a resistência dos sujeitos foi fundamental. Houve inquietação da classe trabalhadora pela imposição as ordens estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e pelo prefeito. Houve um movimento tensionando a gestão democrática o que resultou no diálogo. “O diálogo crítico e libertador, por isto mesmo é que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a luta pela sua libertação” (1987, p.52). Paulo Freire salienta que para que haja libertação, é preciso o diálogo crítico realizado pelos próprios sujeitos, com as pessoas.

Na próxima parte anuncia-se a luta contra a educação a distância na educação básica no período da pandemia em que identificamos disputas político-pedagógicas nas escolas do campo e as formas “sutis” e violentas que o projeto do capital se insere e homogeneiza o acesso a educação, produzindo injustiça e desigualdades.

DISPUTAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS DO CAMPO EM TEMPOS DE PANDEMIA – MOVIMENTO E TENSIONAMENTO DOS SUJEITOS

As disputas político-pedagógicas com relação as atividades remotas no município ficou evidenciada a partir dos debates produzidos no CME e nas reuniões realizadas com a Secretaria Municipal de Educação. Os debates iniciaram no dia 6 de abril por meio de mensagens trocadas no grupo do what's app, em que os membros se posicionaram contra a Educação a Distância no Município num primeiro momento. Segue alguns relatos dos membros do Conselho inclusive da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação:

“As atividades remotas não seria justo, pois muitos ficariam exclusos do sistema. Defendo a Educação para todos!” (Coordenadora Pedagógica da SEMED). “ Eu sou contra ao ensino a distância, principalmente para as crianças das séries iniciais. Nem todas têm acesso à tecnologia, acompanhamento.... entre tantas outras. O momento agora é cuidar da saúde. A educação é feita com gente, professores, educadores, alunos e família... interagindo, planejando. Não assim, só, para dizer que estão recebendo conteúdos, daí finge-se que ensina e os alunos fingem que aprendem. Puro descaso, exclusão.... absurdo essa proposta do governo do Estado”. “ Este seria nosso posicionamento nosso.... de XXX, mas e quanto aos demais municípios? Vão aceitar que cada município tenha uma resolução diferenciada?” “Temos que ser contra, pensar nas crianças menos favorecidas. Sou contra isso totalmente.” “ Concordo plenamente, o acesso a internet é ainda bastante limitado. Principalmente falando em suporte para rodar arquivos e vídeos que necessitam de maior potencia. “ Educação também é entender qual é o posicionamento que devemos ter em uma situação atípica como esta, considerando o que é mais assertivo na situação”. “ Eu concordo pois nem todos tem acesso a internet e a educação dos anos iniciais no meu ver precisa de acompanhamento de um professor e no momento temos que pensar na saúde de todos”. “ Devemos pensar em alguma forma para as crianças não perderem tanto”. “ Meu posicionamento também é contrário a proposta de EAD pelos motivos já mencionados.” “ Essa proposta do Feder é um tiro no escuro, Até o momento minha família não conseguiu acessar, O sistema já está em manutenção ou seja já está fora do ar”. “ As aulas EAD para nossas crianças é totalmente fora da nossa realidade”, “ Olhando a realidade de nossos alunos, penso que a EAD está fora da realidade, pois nem todos tem acesso as tecnologias, não temos estrutura para isso.” “ Fiz um breve levantamento de nossa escola e pra ser bem otimista, contar por alto, apenas 25% tem acesso a internet”. “ Muitos já tem dificuldade pra aprender presencialmente, imagina a distância”. “ Eu também sou contra ou atinge 100% ou então nada a ver! Devemos pensar em todos e não em pouco só”. “ Penso que deveríamos aguardar e refazer nosso calendário depois”. “ Realmente não temos estrutura para tal modalidade”. Acredito que poucos de nossos alunos têm acesso a internet. Penso também nas dificuldades das crianças”. “ É muito complicado”! Alunos da nossa escola muitos não tem internet, aí vão ser prejudicados!!!”. “ Não será atendido 100% dos alunos, portanto não é justo”. “ Em primeiro lugar, nem todos os alunos teriam acesso a internet, computadores etc. Em segundo lugar o EAD exige muita disciplina e compromisso por parte do estudante, as plataformas para perguntas e dúvidas certamente seriam demoradas, se para um adulto já é difícil, estudar dessa forma, por exigir uma autodisciplina, imagina para uma criança, sem falar, que precisariam da ajuda dos pais, não conseguiram dar apoio necessário para os filhos, pela falta de conhecimento!” “Não é viável, principalmente o 1º ano, precisa do concreto e a professora precisa estar ali ensinado a criança, então não concordo com

a educação a distância para as séries iniciais mesmo para as séries finais". "A nossa educação tem que ser presencial porque não atingiríamos 100 % para os alunos. E os alunos com mais dificuldades como fariam as atividades Ead? É muito mais complexo do que se pensa". "Acredito que seja inviável, justamente por essa questão de atingir somente uma minoria. O modelo EAD não condiz com a realidade de nosso município". "Na minha opinião, essa modalidade de ensino EAD é inviável na realidade das nossas crianças. Temos que pensarem atingir a todas". "Na minha opinião isso é inviável, desde o primeiro momento que ouvi falar em EAD para os nossos alunos já tinha falado que não tem lógica, pois nem todos os alunos tem acesso a esses recursos. Não conseguiria atingir a todos. A educação é direito de todos".

Diante da discussão e relatos, os membros do CME se posicionaram todos contrários a esse modelo de educação empresarial, tecnicista, sendo um projeto de exclusão que produz desigualdade social. Dessa forma, os conselheiros foram contrários a essa proposta de Educação a Distância pelo Governo do Estado chegando a um consenso que essa reposição seria discutida quando terminasse a pandemia.

Após a discussão, foi encaminhado um ofício ao Secretário Municipal de Educação dando o parecer do Conselho. Em resposta ao ofício, o Secretário deu uma devolutiva escrevendo uma carta para a comunidade escolar no dia 17 de abril, concordou com o parecer do Conselho que o calendário escolar seria reformulado após a volta das atividades presenciais, mas salientou "... enquanto não tivermos uma determinação que seremos obrigados a oferecer o ensino a distância, estaremos realizando as reposições presenciais aos sábados, recessos e até mesmo em alguns feriados". (SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO). Comentou nessa carta sobre a parceria que estava tendo com o Conselho Municipal e que concordava com essa decisão.

Passado alguns dias, o Secretário Municipal de Educação, solicitou uma reunião junto ao Conselho Municipal de Educação, porque segundo ele estava sendo questionado pelo Núcleo Regional de Educação e Secretaria de Estado com relação a decisão tomada com relação as aulas não presenciais. Na reunião o secretário, relatou que teríamos que propor uma estratégia e, que embora inicialmente estando contrário à Educação a Distância, teríamos que pensar em algo, pois outros municípios vizinhos já estavam executando as atividades remotas. Relatou que havia sido proporcionado ao município a TV das aulas e Curitiba e que precisaria da avaliação do CME para dar um retorno a SEED e que dessa forma as aulas poderiam ser validadas. O CME manteve-se contrário às atividades não presenciais.

Em outra reunião o Secretário apresentou pautas com decisões tomadas por ele e pelas determinações do Prefeito em que teríamos que aderir as atividades remotas por meio da TV Aberta relacionadas as aulas de Curitiba. Nessa reunião o Sindicato estava presente, também. Foram ouvidos os membros do Conselho, famílias, professores, diretores, coordenadores pedagógicos, estes salientaram que não houve participação efetiva da comunidade escolar. A maioria dos membros do conselho foram contrários as atividades remotas, falaram da falta de acesso, das dificuldades para os alunos de inclusão, de um projeto de educação incoerente com a nossa realidade que é camponesa.

Por fim, o Secretário salientou que se não fizéssemos algo, os professores com carga suplementar seriam automaticamente dispensados, os coordenadores perderiam os 20% de gratificação. Nesse sentido, o debate foi intenso, pois isso resultou desse acordo com a Secretaria, pesando a decisão pela própria sobrevivência.

Os professores que estavam presentes comentaram que a TV de Curitiba não seria uma ferramenta que atenderia os alunos integralmente, não aceitando essa imposição. Comentaram que poderiam fazer as atividades, mas que essas se aproximassesem da realidade de nossas escolas atendendo a especificidade dos alunos. Então chegaram a um acordo, alguns optando pelo *what's app* e outros pelo material impresso. Somente alguns professores das escolas centrais optaram pela TV de Curitiba.

Cabe ressaltar que na primeira semana de reorganização das atividades os professores, diretores e coordenadores ficaram preocupados porque teriam pouco tempo para organizar o planejamento, elaborar as atividades para entregar às famílias até dia 8 de maio. Foi muito cansativo! Além do cansaço físico, o psicológico ficou abalado, por ser um fato novo que estava acontecendo e por nunca terem enfrentado uma situação parecida.

Essa concepção de educação voltada ao modelo capitalista e empresarial gerou esgotamento físico e emocional aos profissionais da educação. Essas atividades remotas fazem parte de um projeto de exclusão social, são exaustivas para os educadores, família e alunos. Entendemos que nesse momento muitas famílias lutam pela sobrevivência, perderam o emprego, ou vão trabalhar com medo de se contaminar. Tudo isso abala emocionalmente e, no entanto, é um desafio para auxiliar os filhos nas atividades remotas, fazer as atividades domésticas, acumulando trabalho

que não estavam acostumados. Esse olhar de formação humana é deixado de lado pelos governantes, porque há interesses capitalistas e voltados a um modelo de educação empresarial, tecnicista e burocrático.

Diante dos relatos e depoimentos, percebe-se que as determinações internas e externas pressionam os sujeitos. Há uma pressão da SEED, do Núcleo Regional de Ensino. Dessa forma, a Secretaria Municipal de Educação sente-se pressionada e encaminha as medidas e orientações diante dessas determinações.

Constatam-se as disputas por projetos de sociedade diferenciados. O CME luta pela conquista de outro projeto de sociedade ligado a formação humana e pelo direito à educação, pela igualdade de acesso e permanência, pela equidade. O projeto encaminhado pelo governo se alia ao sistema capitalista. A pandemia que exigiu o distanciamento social anunciou que ainda precisamos fortalecer a gestão democrática, pois não há um princípio de dialogicidade entre governo e sociedade civil, as determinações são hierárquicas, há pressão entre os sujeitos e as disputas são evidenciadas. Cabe ressaltar que é o processo coletivo que determinará a instituição de outro projeto de sociedade.

A construção da educação do campo vem sendo marcada por uma prática social que indaga a educação pública estatal e que demanda/fortalece a educação pública proveniente das reflexões dos povos do campo. Analisar a articulação que tem havido entre a sociedade civil organizada e o Estado contribuirá na compreensão da trajetória da educação do campo, como uma nova concepção de educação e de campo no Brasil, fundada nas relações de classe (SOUZA, 2008, p. 1109).

É nessa relação contraditória, que os intelectuais orgânicos necessitam se organizar e lutar pela defesa da própria classe, defendendo a sua concepção de educação, resistindo ao modelo de educação excludente, autoritária, imposta. Gramsci em seus escritos nos alerta sobre a força constituída pelo Estado e que somente a força coletiva vai reverter essa concepção de educação por outro projeto de sociedade numa contra hegemonia.

O modo de ser do novo intelectual não pode mais constituir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-seativamente na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente” (GRAMSCI, 1988. p. 8)

Nesse sentido, o intelectual orgânico deve ser um mediador permanente diante das contradições encontradas, possibilitando assim, a mediação de dialogar

coletivamente e buscar novas formas de refletir sobre a emancipação humana. Um intelectual orgânico da classe trabalhadora poderá formar outros intelectuais e de forma organizada e coletiva reverter o projeto hegemônico na contra hegemonia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos que a pandemia amparada por um projeto de sociedade capitalista potencializou a violação de direitos os trabalhadores da educação que vivenciam grandes desafios nesse momento. Há contradições entre um projeto que valoriza a materialidade da vida, enquanto há outro que defende um modelo de educação neoliberal. No contexto dessa luta e disputa, constatamos as determinações advindas de um governo autoritário, sem diálogo com a comunidade escolar e os trabalhadores, não há protagonismo dos sujeitos contrariamente o que se defende na concepção da educação do campo que é o trabalho coletivo. Há uma estrutura reguladora do Estado e que nesse momento que estamos vivendo torna-se mais visível. Estamos lutando pela vida, no entanto o sistema do capital nos esmaga, nos tortura e nos obriga a fazer algo contra a nossa vontade que é esse trabalho árduo com as atividades remotas que massacra famílias, estudantes professores e a comunidade. A partir dos relatos, problematizamos algumas das lutas que têm sido enfrentadas pelos sujeitos do campo contra a imposição de uma ideologia dominante, numa correlação de força.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988

SOUZA, Maria Antonia de. Educação do Campo: Políticas, Práticas Pedagógicas e Produção Científica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a08.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2020.

